

o número de falantes de português e, assim, aumentar-se a importância política do nosso idioma.

E, para mim, tem um sabor a mais: o reencontro de dois irmãos, que se separaram há cerca de seiscentos anos.

(In *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, n. 305, ago. 1980, pp. 33-44.)

## O AUTOR E A INTEGRIDADE DOS SEUS TEXTOS.

Carta ao Chefe da Revisão do *Diário de Notícias* de Lisboa.

Lisboa, 25 de junho de 1973.

Excelentíssimo Senhor:

A razão desta é perguntar-lhe se lhe posso pedir um favor. Como sabe, venho colaborando no jornal semanalmente, aos domingos, há mais de três meses. E tem acontecido, com maior ou menor frequência, que os meus artigos saem alterados. Então, no caso de resposta afirmativa a minha pergunta, o favor seria este: interferir Vossa Excelência junto a quem de direito, para que deixem de modificar-me os textos. Não se trata, é claro, de acidentes tipográficos, de “gralhas”, porque isso é normal e, até, proporcionalmente são muito raros no *Diário*. O que há são modificações. Sei bem que a intenção é louvável, que o intuito é livrar o autor de sair à rua mal vestido, ostentando cacografias, barbarismos e solecismos. Mas, por infelicidade minha, as retificações que tenho sofrido não são desse gênero.

Permita-me Vossa Excelência dizer-lhe que ponho todo o empenho na elaboração das crônicas, na sua transliteração, e que quase sempre as torno a ler na hora mesma de expedi-las.

Muitas das alterações são opções por *uma* solução vernácula, quando de fato optei, por outra, também vernácula. E fi-lo por motivo estilístico válido e justificável. Portanto, consciente. Não decorre a eleição de ignorância ou desleixo.

Exemplifiquemos com o artigo de ontem (numero os pontos, para facilitar a identificação).

1. Página 12, 1ª coluna – Está “aguardar muito de sua cultura”, caso típico de gralha, porque só o verbo que lá estava – *guardar* – faz sentido. E, conseqüentemente o leitor repõe o original.

2. 2ª col., 1º § aberto aí. Vem *sanzala*, quando escrevi *senzala*. As duas formas da palavra, de origem africana, são portuguesas, mas *senzala* é a mais corrente, sendo a outra considerada variante, como se pode ver no chamado *Dicionário de Aulete*, excelente e português de Portugal (valho-me da 3ª ed., que é a melhor). Além disso, “casa grande e senzala”, como eu disse, lembra, e de propósito, um famoso livro de Gilberto Freyre, que tem precisamente esse título (e não *Sanzala*).

3. *Eod. loc.*, linhas abaixo. Está “nas *pampas* do Sul”, quando eu escrevi “nos pampas do sul”. A palavra, de origem quíchua, é feminina em espanhol e *masculina* em nossa língua. V. o citado *Dicionário*, s.v. O termo é familiar aos meus patrícios (sempre masculino), porque caracteriza geográfica e culturalmente uma região brasileira. Dizemos “um homem dos pampas”, “o conhecido político dos pampas”, “isto é coisa lá dos pampas” etc.

4. Mesma coluna, § aberto por “Mas...”. Saiu “*Esta* vida besta, meu Deus!” (fecho de um poema de Carlos Drummond de Andrade). Estava no meu original e está no poema: “*Eta* vida besta”. *Eta* é uma exclamação usadíssima para exprimir surpresa, aplauso, estranheza. Será como um *oh*, porém mais forte. Realmente, no caso, todo o teor poético do texto está ali, naquele *eta* (diz-se com fechado). Como quem dissesse “Vejam só que vida insípida, afogada na mesmice!”, num contexto prosaico, discursivo e destituído de cor local. “*Esta* vida besta...” é que não tem sentido, nem mesmo lógico. A menos que se entendesse a expressão com mentalidade lingüística francesa.

5. *Eod. loc.*, linhas abaixo. Está “na sua cidade e no colégio”; e estava “na sua cidade e no *seu* colégio”. A iteração do possessivo está aí exatamente para enfatizar o subjetivismo, a polarização no eu. Eliminando-se a anáfora, desaparece essa tonalidade, essencial, na intenção do autor, e tem-se uma diluição, um enfraquecimento, que realmente desfigura e trivializa.

Permito-me agora comentar algumas alterações feitas à crônica anterior, prosseguindo na numeração para mais facilmente identificar-se o passo.

6. (“Coronel e coronéis”, *DN*, 17-6-73) Página 16, 2ª coluna, em cima. Saiu “troço homogêneo *do* sertão a que dá o nome”, e estava “*de* sertão”. No caso, o artigo alterou o sentido, porque sugere que o sertão se chama “sertão do Salgueiro”, quando não é assim. Há um trecho de sertão (do Cariri), onde os geógrafos modernos delinham, entre outras, a “micro-região do Salgueiro”. Portanto, a micro-região, sertaneja, é que tem por epônimo a cidade do Salgueiro.

7. Mesma coluna, 2º § nela aberto. Lê-se “Aparecera, assim, pobre no sertão”, quando o original tem “Aparecera assim pobre no sertão”. Posto entre vírgulas, o advérbio torna-se enfático e refere-se ao verbo, quando na minha intenção ele modifica *pobre*: aparecera pobre como era de prever, pobre como quem fugiu, pobre como quem saiu sem nada, para tentar a vida noutra parte. A virgulação acrescentada mudou a referência sintática.

8. *Eod. loc.*, linhas abaixo. Escrevi *clarineta*; substituíram por *clarinete*. Existem na língua as duas formas (cf. *Aulete*, s.v.). Prefiro, no entanto, a forma em *-a*, porque me toa a melhor vernáculo. A palavra é empréstimo do francês - *clarinette*. Ora, outros vocábulos congêneres aportuguesamo-los com

transposição do sufixo, como, v.g., *bicicleta* (de *bicyclette*), ou *raineta* (de *rainette*). Vêm das origens da língua as formas em *-eta*, como se vê, por exemplo, no rimance do Amadis: “Leonoreta, fin roseta...” E aí estão *violeta* (diminutivo de *viola*, flor, que aparece em *Lus.*, IX, 61: “As violas da cor dos amadores, / O lírio roxo, a fresca rosa bela”), *trombeta*, *caneta* (diminutivo de *cana*), *caderneta*, etc.

9. Mesma coluna 3º §. Saiu “o rei do Cangaço”, mas eu escrevera “o Rei do Cangaço”, porque a expressão toda, o sintagma todo é que era o cognome de Lampião. É, pois, um nome próprio; se fora nome comum, então o coerente seria “rei do cangaço”, os dois termos com minúsculas. Como quem dissesse: “Lampião foi o rei do cangaço no Nordeste brasileiro”.

10. Mesma coluna, 5º §. Está *morubixava* e o original tinha *morubixaba*. Que eu saiba, é esta, com *b*, a única forma da palavra, de origem tupi, que significa “chefe indígena”, como se lê no Aulete; e, por extensão, qualquer chefe político. No Brasil assim se chamavam os maiores do P.S.D., cujo protótipo era, precisamente, Benedito Valadares, a quem se refere o texto.

11. Página 12, 2ª coluna, §§ 6 e 7. Reúno dois casos análogos: puseram-me vírgula onde não estava, a qual veio, contra uma regra fundamental, interromper seqüência sintática. Lê-se: “ora louvam, ora veementemente atacam, o *coronel*”.... “Delegado, não seria um mole”. Estava sem vírgula depois de *atacam* e depois de *Delegado* (este é texto alheio, de José Lins do Rego). Ora, a primeira vírgula, acrescentada, está separando o verbo do seu complemento direto; e a segunda, também acrescentada, separa o predicativo (ou atributo) do verbo de ligação (ou liame verbal), o que não faço e que, na minha *Gramática Fundamental* (p. 383 da 2ª ed.), insto para que não se faça, por ser erro. Ficaria eu, pois, contraditório comigo mesmo e dando margem a que me lançassem em rosto o “de ore tuo te iudico”.

12. Mesma coluna, § 11. Saiu “lmbremos que os Exércitos Brasileiro e Português têm um coronel comum”; e eu escrevera “lmbremos que o Exército Português e o Brasileiro têm...” Ora, não há dúvida sobre a vernaculidade da construção que substituíu a minha. É até camoniana: “O quarto e quinto Afonsos e o terceiro” (*Lus.*, I, 13). Porém, estilisticamente há diferença entre uma e outra forma de dizer. O substantivo no plural, como o puseram, solidariza, coloca em pé de igualdade. E eu quis, precisamente, distinguir, separar um exército do outro. Fazer sentir que são dois, cada um dos quais tem por coronel a Santo Antônio. Daí porque lembrei o ato do Ministro da Guerra, já na República, a ratificar, a convalidar o decreto de D. João VI, tido por bom no Primeiro e no Segundo Império (ou Impérios, como poderia ser, se eu não quisesse agora separar o governo de D. Pedro I e da Regência do governo de D. Pedro II).

Poderia prosseguir, mas o que aí fica é bastante para mostrar a Vossa Excelência (e dar-lhe instrumentos para que Vossa Excelência advogue minha causa junto à pessoa competente) que ponho tento no que escrevo, que tenho em máxima conta a vernaculidade e a pureza da língua e que, nos casos gramaticalmente facultativos, faço opções conscientes e rigorosamente defensáveis. Noutras palavras: prefiro esta ou aquela expressão, porque é a que vem ao meu caso, a que fica mais adequada (quando não é a única conveniente) ao contexto.

Espero que Vossa Excelência receba este arrazoado com o mesmo espírito com que foi redigido: defesa de uma coisa objetiva e louvável - a estrita correção gramatical e a necessária liberdade estilística dentro dos padrões da *coine*.

Aproveito a oportunidade para apresentar, junto com os agradecimentos, as expressões da consideração e apreço com que me subscrevo

De Vossa Excelência

Gládstone Chaves de Melo.

[Texto inédito.]

## QUEM DEVE ENSINAR LITERATURA BRASILEIRA?

(1966)

A questão do ensino da literatura foi levantada e agitada no Brasil em 1963 pelo crítico, ensaísta e filólogo português Rodrigues Lapa. Ao ensejo de denunciar o que considerava irregularidade no concurso para provimento da cátedra de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, chamou Rodrigues Lapa a atenção das autoridades portuguesas para o fato, a seu ver inaceitável, de ser a literatura portuguesa ensinada no Brasil por brasileiros, o que constituiria um perigo para a cultura lusa e talvez uma usurpação dos legítimos direitos dos nossos irmãos de além-mar.

Estava eu então em Portugal, como Adido Cultural de nossa Embaixada, e pude verificar a má repercussão que teve a tese entre os melhores intelectuais portugueses (o artigo de Rodrigues Lapa foi publicado na revista *Seara Nova*, de Lisboa). Não podiam concordar com o exclusivismo, injusto e antipático.

Realmente, insuportável é a posição de Rodrigues Lapa, homem, aliás, digno de admiração pelos seus trabalhos relativos à literatura medieval e aos arcades do nosso “grupo mineiro”. Ninguém pode negar a Rodrigues Lapa a homenagem da contestação formal de sua tese.

A vingar essa estranha colocação do problema, no ensino da literatura teríamos desde logo de nos privar das luzes de Thiers Martins Moreira e